

POLIFONIA COMO EFEITO DISCURSIVO

POLYPHONY AS A DISCURSIVE EFFECT

*Luís Fernando Bulhões FIGUEIRA**

Resumo: Neste artigo, pretendo discutir o conceito de polifonia, concebido pelo filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin. Procuro demonstrar que o conceito foi desenvolvido, considerando a perspectiva do autor, enquanto um recurso composicional ou um tipo de arranjo textual em produções literárias. Diferentemente, eu examino o mesmo conceito sob a base teórica da Análise do Discurso Francesa, considerando a polifonia como um efeito discursivo produzido nos sujeitos quando da leitura de determinados textos literários.

Palavras-chave: Polifonia; Efeito de Sentido; Leitura.

Abstract: This paper aims to discuss the concept of polyphony, conceived by the Russian language philosopher Mikhail Bakhtin. I aim to demonstrate that the concept was developed, considering the perspective of the author, as a compositional resource. On the other hand, I examine the same concept through the theoretical support of French Discourse Analysis, considering polyphony as a discursive effect produced in some subjects while reading certain texts.

Keywords: Polyphony; Discursive Effect; Reading.

A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro (BAKHTIN, 1979, p. 135).

Introdução

Nosso objetivo é discutir o conceito bakhtiniano de polifonia, a partir de uma interface com a Análise de discurso de linha francesa (doravante ADF), calcada sobre os trabalhos de Michel Pêcheux, além das contribuições de Michel Foucault.

Segundo nossa visão, Bakhtin formula o conceito de polifonia tomando a perspectiva do autor (no caso, Dostoiévski) para

* Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2012. Contato: lu_nietzsche@yahoo.com.br.

caracterizar a noção como recurso composicional empregado estrategicamente no processo de criação literária pelo sujeito da enunciação.

Em nossa discussão, buscaremos demonstrar, tomando a perspectiva do leitor, em que medida seria possível considerar o fenômeno da polifonia como um *efeito* que se produz (ou não) no momento específico de cada leitura.

Nossa proposta é levantar algumas questões a respeito do fenômeno da polifonia e tentar discuti-las com base nos pressupostos teóricos da ADF, trazendo para a reflexão a perspectiva do leitor da obra literária, tendo em vista uma compreensão outra a respeito do conceito bakhtiniano.

Nesse sentido, deslocaremos o termo “polifonia” de um contexto apreciativo para outro, efetuando, portanto, uma reavaliação, que consistirá em apresentar uma outra maneira de se compreender o conceito.

Referencial teórico

Cumpramos esclarecer, de início, que nossa opção por trazer elementos da ADF, como referencial teórico, para delinear nossas considerações sobre a perspectiva dialógica de Bakhtin, vem no sentido de *reafirmar* a possibilidade de articulação entre a obra do filósofo russo e os desenvolvimentos atuais da ADF (a despeito de algumas diferenças teóricas que não podem ser ignoradas).

Dizemos “reafirmar” (em vez de afirmar) a possibilidade de articulação, pois já encontramos no Brasil uma quantidade significativa de pesquisas, publicações e grupos de estudo que se dedicam a refletir sobre as proximidades e os distanciamentos referentes às obras de Michel Pêcheux e Mikhail Bakhtin.

Distanciamentos entre o dialogismo bakhtiniano e a ADF

No que se refere aos distanciamentos, podemos apresentar sumariamente dois deles. Primeiramente, há uma divergência quanto à concepção de sujeito nos dois autores: em Bakhtin, trata-se do sujeito constituinte, enquanto, para Pêcheux, trata-se do sujeito constituído pelo inconsciente.

Outra diferença notória entre os pensamentos dos autores supracitados refere-se às posições distintas que cada um desses autores toma em relação à obra de Ferdinand de Saussure.

Bakhtin recusa e acusa o abstracionismo do conceito saussureano de língua, e propõe que a reflexão sobre a linguagem deva tomar por objeto não o sistema abstrato da língua, mas as produções linguageiras efetivamente realizadas nas interações verbais.

Por seu turno, Pêcheux, embora proponha outro objeto - o discurso - para buscar compreender o processo de produção de sentidos na linguagem, reconhece e filia-se, de certo modo, à tradição saussureana, na medida em que toma o sistema abstrato da língua como base material sobre a qual ocorrem os processos discursivo-ideológicos.

Pêcheux salienta a relevância dos saberes saussureanos para o estudo formal da língua, sobretudo no que se refere à teoria do valor, a qual postula que um signo não tem valor positivo, mas se define por sua diferença em relação aos outros signos: um signo é aquilo que outros não são.

Já Bakhtin critica veementemente o objetivismo formalista saussureano, apontando para a necessidade de se rejeitar o estudo abstrato do sistema, a fim de que as atenções sejam voltadas para as realizações concretas, contextuais, materiais e históricas da língua.

Aproximações entre o dialogismo bakhtiniano e a ADF

Contudo, não obstante as diferenças anteriormente apontadas e a distância espaço-temporal¹ que separou as reflexões de Mikhail Bakhtin e de Michel Pêcheux acerca da linguagem, os pensamentos desses autores guardam notável semelhança no que tange a uma série

¹ Mikhail Bakhtin produziu sua obra nas primeiras décadas do século XX na Rússia. Michel Pêcheux, por sua vez, concebeu sua teoria do discurso na segunda metade do século XX (décadas de 60, 70 e 80), na França. A semelhança inequívoca entre elementos propostos pelos autores sempre insinuou em pesquisadores da área do discurso a suspeita de que Pêcheux teria tido acesso e conhecido a obra de Bakhtin. O que os textos de Pêcheux nos mostram é que houve um contato 'tardio' do autor com a obra bakhtiniana, conforme se pode verificar na obra escrita a quatro mãos com Françoise Gadet, *A língua inatingível* (Gadet e Pêcheux, 2004), em que há uma referência à obra de Bakhtin sobre François Rabelais e a cultura popular na idade média.

de outros elementos. Dentre eles, podemos mencionar: a inscrição em uma perspectiva materialista para compreensão da linguagem; a reflexão sobre o “exterior” linguístico como elemento constitutivo da significação; a articulação entre os domínios social, ideológico e linguageiro; etc.

Em nossa visão, o olhar de ambos os autores, por ser marcado pela perspectiva materialista, foi direcionado a enxergar a relação intrínseca entre o linguístico e o social, cuja imbricação é determinada pela dimensão ideológica.

Devido ao modo como concebem a constitutividade da linguagem pelo social, ambas as obras são marcadas pela reflexão sobre o papel da alteridade na linguagem.

De um lado, há o dialogismo bakhtiniano, noção que concebemos como central na construção teórica do autor, na medida em que tal noção representa o que, em nossa visão, pode ser apontado como o cerne da filosofia bakhtiniana da linguagem, a saber: a injunção do outro na linguagem. O discurso de outrem, a enunciação concebida como réplica (resposta a outros dizeres), o auditório social como aspecto condicionante da enunciação são alguns elementos conceituais que explicitam o espaço dedicado e o relevo indicado pela obra de Bakhtin à reflexão sobre a alteridade na linguagem.

Michel Pêcheux também elabora sua teoria do discurso com base no pressuposto da alteridade como constitutiva da linguagem. Para o autor, todo dizer (intradiscurso) é composto por já-ditos (dizeres-outros, de outros). Os discursos são constituídos por discursos-outros, retomados, repetidos, ressignificados, deslocados. O interdiscurso é o conceito-chave da construção pecheutiana. Por meio desse conceito, é possível pensar a relação entre o enunciado produzido aqui-e-agora e os já-ditos com os quais dialoga, presentes na memória discursiva. É possível, também a partir do interdiscurso, pensar a constituição heterogênea do intradiscurso (encadeamento linguístico linear da enunciação de um sujeito).

Desse modo, fica patente o papel que a consideração da alteridade desempenha tanto no que diz respeito ao pensamento de Bakhtin sobre a linguagem quanto no que se refere à teorização de Pêcheux sobre o discurso.

Portanto, tendo em vista as relações de aproximação e distanciamento entre essas duas vertentes dos estudos sobre a

linguagem, procuramos realizar, na sequência deste texto, uma discussão que, tomando a polifonia como objeto de reflexão, visa à articulação tensiva e produtiva das duas visões teóricas (muito semelhantes a respeito da linguagem), sem, contudo, apagar as diferenças existentes entre as duas perspectivas.

Aliás, podemos dizer que é justamente a tensão entre essas diferenças aquilo que nos possibilitará realizar a discussão a ser compreendida na sequência, a propósito do conceito de polifonia.

Polifonia em Bakhtin: recurso composicional do autor e arranjo textual

Na obra de Bakhtin, a polifonia é concebida como um recurso composicional de obras literárias, em especial o gênero romance. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (1981) aponta de que modo o romancista teria empregado a polifonia em sua criação literária, no sentido de compor a obra, a fim de que as diferentes vozes ali presentes possuíssem o mesmo estatuto axiológico (ou valor), umas em relação às outras.

Na polifonia, as diferentes vozes que permeiam o discurso do narrador e das personagens não se sobrepõem umas às outras, no sentido de uma delas ser mais valorizada (ou desvalorizada) pela construção estético-enunciativa do autor; ao contrário, todas devem possuir o mesmo valor no interior da obra.

Daí o fato de a polifonia não se caracterizar tão somente pela pluralidade ou multiplicidade de vozes no interior de um dizer, mas, além dessa pluralidade (constitutiva de toda e qualquer enunciação), deve haver *equipolência*, isto é, igualdade entre o valor das diferentes vozes, para que se possa falar em polifonia.

Segundo Bakhtin (1981), “Dostoiévski é o criador do romance polifônico”. (p.3). O autor teria produzido um gênero literário novo, justamente por articular o concerto de vozes no interior do romance de modo a torná-las equipolentes:

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo

uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente *a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos* que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais, *são*, em realidade, *não apenas objetos do discurso do autor mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante* (BAKHTIN, 1981, p. 2, grifos do autor).

As vozes equipolentes no interior do romance polifônico seriam formas de se representar, na materialidade linguístico-textual, visões de mundo ou ideologias distintas, que convivem sempre em pé de igualdade no interior da obra.

Nesse sentido, as vozes não são tratadas e manipuladas como objetos do discurso do autor, pois este não dá prioridade a nenhuma delas. Em outras palavras, o arranjo de vozes feito pelo autor busca não transmitir juízos de valor por parte de sua autoria. De acordo com Bakhtin, o propósito do autor está justamente em representar a multiplicidade linguístico-ideológica do mundo social:

A impressionante independência interior das personagens dostoiévskianas [...] foi alcançada através de meios artísticos determinados. Trata-se, antes de mais nada, da liberdade e independência que elas assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor, ou melhor, em relação às definições comuns exteriorizantes e finais do autor. Isto, obviamente, não significa que a personagem saia do plano do autor. Essas independência e liberdade integram justamente o plano do autor. Este como que determina de antemão a personagem em liberdade (relativa, evidentemente) e a introduz como tal no plano rigoroso e calculado do todo (BAKHTIN, 1981, p.8).

Se assim não fosse, as vozes seriam objetos manipulados pelo autor, de modo a privilegiar a sua visão de mundo pessoal dentre àquelas que são representadas no interior do romance.

Diferentemente, as vozes são organizadas na materialidade textual de modo que representem as várias visões de mundo que encarnam. São, portanto, consideradas como *sujeitos* do discurso que cada uma delas veicula, proporcionando uma existência autônoma para cada um dos vieses ideológicos presentes no concerto textual.

Cabe ao autor do romance polifônico, portanto, cuidar para que nenhuma voz prevaleça sobre as demais, a fim de garantir a equidade entre elas. Do contrário, não haveria polifonia, nos moldes como esta é definida por Bakhtin.

A respeito da conceituação que Bakhtin nos dá sobre polifonia, dois aspectos nos chamam a atenção. O primeiro deles é que, enquanto recurso composicional do texto literário, a polifonia é concebida olhando-se pela perspectiva do autor da obra.

Nesse caso, olha-se para o texto (o romance), percebem-se as diferentes vozes em pé de igualdade, e deduz-se que o autor teria intencionalmente manipulado os elementos linguístico-literários (seleção lexical; ordenação sintática de vocábulos; escolhas temáticas; organização do enredo; etc.) com vistas a obter como resultado final do processo de criação um concerto de vozes sem sobreposição, predominância ou hegemonia de umas em relação às demais.

Outro aspecto a ser levado em conta na conceituação da polifonia por Bakhtin é o valor que cada voz apresenta no interior do texto literário. A noção de valor aqui é fundamental para que se possa verificar ou não a ocorrência de polifonia. Para que as vozes sejam equipolentes, o valor de todas deve ser igual, deve estar no mesmo grau de relevância no interior da obra.

A partir desses dois aspectos concernentes à noção de polifonia, podemos levantar algumas questões, que apresentamos abaixo para, em seguida, prosseguirmos com a discussão delas.

1ª: Ao propor a polifonia como recurso composicional manipulado pelo autor, Bakhtin não estaria revelando uma concepção de sujeito-enunciador pragmático, que controla os efeitos de sentido de seus dizeres, pois planeja estrategicamente os recursos de que dispõe a fim de atingir os objetivos estético-comunicativos que pretende?

2ª: Seria possível, numa perspectiva pecheutiana do discurso, e sem que se dispusesse de material sobre o processo de criação do autor (entrevistas, testemunhos, autobiografia etc.), inferir, a partir da leitura dos romances de Dostoiévski, que o resultado de equipolência de vozes teria sido obra intencional do sujeito-escriptor?

3ª: Como determinar o grau valorativo de cada voz presente no interior da obra literária, para que se possa falar em equipolência? Onde localizar o valor das vozes? Na materialidade linguística do texto? Na intenção do autor? Na percepção de cada leitor?

Enfim, são essas as questões que colocamos para convidar o leitor a refletir conosco. Abordaremos tais questionamentos na sequência.

Polifonia como efeito: a perspectiva do leitor

Uma vez abordada a conceituação que Bakhtin faz da polifonia, partiremos para a discussão das questões acima colocadas, trazendo a visão da ADF no sentido de promover uma extensão teórica em relação ao conceito bakhtiniano, visto agora sob a perspectiva do leitor.

Diante de uma materialidade linguístico-discursiva, o analista de discurso empreende sua leitura analítico-interpretativa, na qual é afetado por determinados efeitos de sentido que aí são produzidos.

A partir de então, buscará explicar o processo de produção desses sentidos, isto é, buscará na “exterioridade”, sempre constitutiva das significações, elementos que auxiliem a compreender como aqueles determinados efeitos de sentido foram produzidos.

A produção de sentido, segundo a ADF, é determinada não só pela materialidade linguístico-textual, mas também pela “exterioridade” da linguagem (Condições de produção: Formações Ideológicas; Formações discursivas; Interdiscurso; Memória discursiva) e (não podemos esquecer) pela *referencialidade polifônica* do sujeito-leitor, cuja subjetividade é constituída tanto pela língua quanto pelo “exterior” linguístico.

Segundo Santos (2000), referencialidade polifônica é o:

Termo usado para indicar a heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos. Essa heterogeneidade, por sua vez, é traspassada por discursos de outros e uma diversidade de discursos distintos. Dessa maneira, as vozes dos sujeitos são entrecortadas por várias outras vozes e por vários outros discursos (SANTOS, 2000, p. 220).

Em outras palavras, a referencialidade polifônica do sujeito pode ser compreendida como o modo pelo qual cada subjetividade é

constituída, de maneira singular, por saberes ideológicos², advindos dos mais diversos campos da memória discursiva, saberes de natureza religiosa, filosófica, cultural, psíquica, política, econômica, social, afetiva, etc.

Ao realizar uma leitura, o sujeito-leitor é afetado por determinados sentidos (em vez de outros), justamente devido à sua referencialidade polifônica: cada sujeito, em sua subjetividade singular, é levado a compreender palavras, enunciados, textos inteiros de maneiras peculiares, devido às relações de unicidade³ que se estabelecem entre os saberes constitutivos de sua referencialidade e os elementos linguístico-textuais da materialidade simbólica.

O corolário desse postulado teórico é que, qualquer que seja a materialidade simbólica em questão (texto literário, texto não literário, texto visual, etc.), cada sujeito-leitor terá a sua própria percepção singular a respeito dos sentidos ali produzidos. Cada leitura/interpretação é única, pois cada sujeito é singular.

Nesse momento, poderíamos objetar: mas não há casos em que as interpretações de diferentes sujeitos parecem coincidir? Em termos gerais, sim, e isso também pode ser explicado discursivamente.

Os sujeitos singulares *compartilham* saberes ideológicos, ou seja, a infinidade de saberes que circula socialmente está, em princípio,

²Empregamos o termo *saberes ideológicos* pelas seguintes razões. Com o termo “saberes”, marcamos nossa filiação ao pensamento de Michel Foucault. Com o termo “ideológicos”, marcamos nossa filiação ao pensamento de Louis Althusser. Concebemos a ideologia nos moldes em que foi definida por ALTHUSSER (2003), como um conjunto de práticas que representam a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência. Embora entendamos que a concepção de ideologia abranja os mais diferentes domínios de saber, alguns críticos do marxismo althusseriano, como Michel Foucault (2006), apontam que a noção sempre foi associada quase que exclusivamente às determinações econômicas e às posições de classes sociais. Para considerar os aspectos que transcendem o domínio de saber exclusivamente econômico, Foucault trabalha em suas pesquisas e obras com a noção de “saber”.

³Segundo Santos (2010), “Unicidade que se refere ao caráter situacional de singularidade da enunciação e individuação pelas idiossincrasias inerentes a cada ser em suas características históricas, sociais, políticas, estéticas e psicológicas.” (p. 01). Entendemos, com base nas colocações do autor, que a unicidade pode ser compreendida como característica do acontecimento enunciativo, em que as ocorrências são únicas e irrepetíveis.

disponível a diversos sujeitos, que podem ser afetados e constituídos parcialmente pelos mesmos saberes.

Evidentemente, esse processo de identificação-constituição pelos saberes ideológicos nunca se dá inteiramente da mesma forma de sujeito para sujeito. Mas há identificações parciais, que possibilitam referencialidades polifônicas semelhantes. Daí a impressão de que certas interpretações de diferentes sujeitos seriam ‘iguais’⁴.

Enfim, o que gostaríamos de observar é que o acontecimento discursivo⁵ da interpretação é um processo marcado pela singularidade e pela heterogeneidade. Destarte, os efeitos de sentido que se produzem na leitura variarão conforme a subjetividade de cada leitor.

Nesse caso, é justo concluir que um analista de discurso, diante de uma materialidade linguístico-textual, poderá ou não considerá-la como marcada por polifonia, conforme se deem as relações interpretativas entre texto e leitor em cada caso específico.

O que estamos tentando dizer é que, independentemente do trabalho de composição realizado pelo autor, independentemente dos recursos ou estratégias de que lança mão para produzir os efeitos esperados nos leitores, tais efeitos serão determinados segundo a subjetividade/referencialidade particular de cada leitor, conforme, é claro, as condicionantes linguístico enunciativas da materialidade textual e as condicionantes sócio-histórico-ideológicas que regulam a produção de sentidos.

⁴Ao fim e ao cabo, trata-se sempre de uma impressão, ou de um *efeito de mesmo*, uma vez que, não obstante as identificações parciais entre saberes compartilhados pelos sujeitos, estes sempre serão singulares, e assim serão suas leituras, que podem até parecer ‘iguais’ no geral, mas que se revelarão únicas se observados seus aspectos particulares.

⁵ “Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento, que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; **o acontecimento** não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que **é efeito**; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; **não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material**. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporeal.” (FOUCAULT, 2009, p. 57-58, grifos nossos).

Segundo a ADF, o sujeito não controla os sentidos (nem os efeitos) das enunciações que produz, devido a, no mínimo, duas razões.

Por um lado, o sujeito é afetado pelo inconsciente, o que significa que, ao enunciar, não possuímos controle absoluto de nossa realização linguageira. Por mais que tentemos “calcular” as palavras, seus sentidos, sua organização lógico-textual, o desejo inconsciente se manifesta e conduz a enunciação a caminhos para os quais a consciência estratégica do enunciador não pretendia seguir.

Por outro lado, a materialidade significativa da língua é marcada pelo equívoco, ou seja, é próprio da característica das línguas naturais a propensão a produzir multiplicidade de sentidos. As palavras não possuem significados fixos; ao contrário, suas significações, determinadas histórica e ideologicamente, variam conforme as relações e filiações que se estabelecem com os diferentes domínios ideológicos.

A partir disso, as posições teóricas da ADF nos levam a conceber a polifonia mais como um efeito discursivo do que propriamente um recurso composicional empregado intencionalmente pelo autor. De todo modo, a ADF postula que, em razão do não-controle do sujeito-enunciador sobre sua enunciação, não se poderia concluir, a partir da interpretação de determinados sentidos, que estes teriam sido intencionalmente produzidos pelo enunciador. Por isso, falamos em efeitos discursivos, isto é, aquilo que se produz na unicidade de cada enunciação, aquilo que resulta do encontro singular entre uma materialidade simbólica e cada leitor particular.

Em outros termos, poderíamos dizer que a polifonia, enquanto equipolência de vozes, será um efeito discursivo produzido em determinados casos (não em todos), pois, em razão das particularidades características de cada leitor, uns perceberão as vozes do texto como equipolentes (com o mesmo grau de relevância), outros, porém, poderão construir uma compreensão de que determinada(s) voz(es) estaria(m) em predominância ou hegemonia em detrimento de outras vozes.

Por mais que o autor do romance polifônico se esforce para colocar as diferentes vozes em pé de igualdade, o modo como tais vozes (e a relação entre elas) será percebido tende a variar de leitor para leitor (lembrando que sempre existe a possibilidade de

leituras/percepções semelhantes, devido à constituição sujeitunal por saberes ideológicos compartilhados⁶).

O concerto de vozes trabalhado e organizado pelo autor no interior de um romance polifônico, por exemplo, será exposto à clivagem de cada sujeito-leitor. O processo de clivagem pode ser concebido conforme Santos (2004):

Triagem de sentidos feita pelo sujeito, considerando seus referenciais intra-epistemológicos e sócio-histórico-culturais. Trata-se, pois, de uma filtragem de sentidos, realizada pelos sujeitos, tomando por parâmetro, uma relativização entre seus referenciais discursivos e os sentidos a que são expostos na dinâmica dos processos interativos. (SANTOS, 2004, p.109-110, nota de rodapé).

A interação do sujeito-leitor com a materialidade linguístico-textual vai se dar, portanto, através de uma *filtragem de sentidos*. Os referenciais discursivos do leitor (de modo inconsciente para a percepção do próprio sujeito) privilegiarão determinados aspectos, direcionarão seu olhar para certas passagens, colocarão à sombra - ou até mesmo obliterarão - outros elementos do texto; enfim, condicionarão a leitura de um modo específico que jamais será idêntico a outras leituras de outros sujeitos.

Os saberes ideológicos constituintes da referencialidade do sujeito-leitor podem fazer com que ele atribua a uma determinada voz do texto certa predominância ou hegemonia em relação a outras vozes.

Os processos identificatórios que se instauram no acontecimento discursivo de cada leitura vão determinar se o sujeito irá atribuir ao concerto textual de vozes um estatuto de equipolência, ou um estatuto de “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1997) das vozes.

O texto em si, será sempre um amálgama de vozes, devido à sua heterogeneidade constitutiva (seja ela mostrada ou não; seja ela marcada ou não-marcada). No entanto, devido à referencialidade

⁶Para uma exemplificação de leituras (des)semelhantes, ver o capítulo 1 de *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Nele, Bakhtin apresenta e discute as diferentes recepções que a obra de Dostoiévski teve na crítica literária, pontuando em que medida tais interpretações se aproximam e se distanciam entre si, e com relação ao próprio entendimento que Bakhtin tem sobre a obra de Dostoiévski.

específica de cada sujeito-leitor, em princípio pode inclusive ocorrer que determinados leitores sequer percebam na estrutura textual a ocorrência de vozes distintas. No limite, a percepção de uma materialidade textual como monológica ou como dialógica⁷ varia conforme a referencialidade própria de cada leitor.

Pode ocorrer também que o autor componha determinados enunciados de sua obra com vistas a caracterizar uma determinada voz e o leitor, por sua vez, reconheça/interprete a existência de vozes díspares no interior do mesmo enunciado, considerado pelo autor como representante de uma única e mesma perspectiva axiológica (valorativa).

As possibilidades de efeitos de sentido nas diversas situações de interpretação podem ser múltiplas. Isso decorre do fato de que a interação autor-texto-leitor acontece, de acordo com os pressupostos da ADF, sempre condicionada pela inconsciência do sujeito-enunciador, pela não-transparência de sentidos da materialidade textual e pela constituição sujeitucional heterogênea e singular de cada leitor.

Conforme nos assinala Foucault (2009) “[o acontecimento] não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material”. Se compreendermos a escritura do texto literário como enunciação que somente se efetiva no momento da leitura, entendida como acontecimento discursivo⁸, teremos que a polifonia se efetivaria como um efeito discursivo (um devir textual) que se produz no decorrer de cada leitura,

Considerações finais

Buscamos, neste estudo, refletir sobre o conceito bakhtiniano de polifonia, por meio de uma interface tensiva entre a perspectiva dialógica bakhtiniana e a perspectiva da Análise de discurso de linha francesa (mais exatamente, pecheutiana).

⁷As manifestações discursivas são sempre dialógicas; o que pode variar é a percepção que cada leitor tem desse dialogismo constitutivo. Um efeito de mesmo pode levar determinado leitor a supor uma constituição monológica em uma dada manifestação discursiva.

⁸O acontecimento discursivo é caracterizado por três elementos: “o acaso, o descontínuo e a materialidade” (FOUCAULT, 2009, p. 59).

Propusemo-nos a caracterizar o conceito, nos moldes como o define Bakhtin (1981), como recurso composicional do autor para representar no gênero romance múltiplas vozes, representantes de visões de mundo distintas, que coexistem no texto literário em pé de igualdade, caracterizando o fenômeno da equipolência.

Em seguida, discutimos alguns aspectos da conceituação bakhtiniana à luz dos pressupostos teóricos da ADF. Tal discussão nos encaminhou a conceber uma extensão teórica para o conceito bakhtiniano de polifonia, de modo a ressignificá-lo enquanto efeito discursivo que se produz no interior de determinadas enunciações.

A polifonia, assim ressignificada, pode ser compreendida como a percepção interpretativa que sujeitos-leitores apresentam quando atribuem às diferentes vozes de uma enunciação o mesmo valor ou grau de relevância, caracterizando a equipolência entre tais vozes.

Dessarte, desloca-se a compreensão da polifonia como característica formal supostamente intrínseca a determinados arranjos textuais, bem como se desloca sua compreensão como recurso composicional deliberadamente empregado por um autor na tentativa consciente e intencional de provocar o efeito de equipolência das vozes perante os leitores.

Passa-se, então, a conceber a polifonia como fenômeno evenemencial, isto é, efeito discursivo que se produz conforme as relações singulares estabelecidas entre a materialidade linguístico-textual e a referencialidade polifônica do sujeito-leitor.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Hucitec, 1979.

_____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1997.

_____; GADET, Françoise. *A língua inatingível*: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Bakhtin e a fenomenologia*. Uberlândia: LEP/ ILEEL/ UFU. 2010. No prelo.

_____. *Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional*. Belo Horizonte: POSLIN/ FALE/ UFMG. Tese de Doutorado. 2000.

_____. Uma reflexão metodológica sobre análises de discursos. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (Org.). *Análise do Discurso*: Unidade e Dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004.

Recebido em 13/07/2011

Aceito em 17/09/2011